

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Débora Pereira de Souza

Júlia Zamith de Castro

**POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO
ENSINO SUPERIOR**

Taubaté - SP

2019

Débora Pereira de Souza
Júlia Zamith de Castro

**POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO
ENSINO SUPERIOR**

Trabalho de Curso apresentado para obtenção do
Certificado Graduação pelo Curso de Pedagogia
do Departamento de Pedagogia da Universidade
de Taubaté.

Área: Educação

Orientador: Prof. Mestre Carlos Eduardo Reis

Rezende

Taubaté - SP

2019

**DÉBORA PEREIRA DE SOUZA
JULIA ZAMITH DE CASTRO**

POLITICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Trabalho de Curso apresentado para obtenção do
Certificado Graduação pelo Curso de Pedagogia
do Departamento de Pedagogia da Universidade
de Taubaté.
Área: Educação

Orientador: Prof. Mestre Carlos Eduardo Reis
Rezende

Data: ____/____/____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Carlos Eduardo Reis Rezende

Assinatura _____

Maria Aparecida Campos

Assinatura _____

Maria Teresa de Moura Ribeiro

Assinatura _____

Universidade de Taubaté

Universidade de Taubaté

Universidade de Taubaté

Dedicatória

Dedicamos essa monografia aos futuros docentes da educação, e que por meio deste, sejam motivados a se aprofundarem nesta temática que envolve o sujeito na Universidade de Taubaté.

AGRADECIMENTOS

Desde os anos iniciais da Graduação, pude conviver com funcionários da Unita que dedicaram atenção as mais variadas situações. Quero deixar minha gratidão aos funcionários da limpeza, secretaria, financeiro e pedagógico. Vocês foram mais que o suporte, foram acolhedores em todos os momentos. Quero agradecer a minha família que contribuiu para minha formação, aos amigos pela compreensão em momentos de ausência, minha companheira de estudos Júlia pela paciência e à Deus por me dar forças diariamente.

Gostaria de deixar meus agradecimentos a todo o corpo docente da Universidade de Taubaté, que se empenha dia a dia para formar professores competentes e integral, assim como fizeram com a minha pessoa. Agradeço também à minha família que me apoiou em toda a trajetória, em especial a minha avó Professora Doutora Maria Aparecida Campos Diniz. Sem minha dupla de trabalho Débora de Souza e nosso Professor Mestre Carlos Eduardo, nada disso seria possível, minha gratidão pela paciência e dedicação para realizarmos um trabalho de excelência. Nosso sincero agradecimento a Deus, pela força que nos deu durante esse caminho percorrido para chegar até aqui.

“Se a Educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire

RESUMO

É notório que no Brasil existe uma grande porcentagem de indivíduos que não ingressam no curso de graduação por diversos fatores pessoais e interpessoais, atualmente. O presente trabalho busca compreender quais as políticas públicas e privadas presentes na Universidade de Taubaté. Diante dessa problemática, averiguou-se dados disponibilizados em plataformas online sobre Educação, os quais fomentaram a análise. Houve levantamento de fatos para saber quais os impactos da Educação na vida do ser humano, abordando brevemente uma linha do tempo sobre políticas educacionais, apontando aspectos governamentais e suas respectivas leis, com a intenção de contribuir para que os indivíduos tenham chance de ingressar, permanecer e concluir o Ensino Superior com êxito.

Palavras-Chave: Ensino Superior; Políticas Públicas; Educação.

ABSTRACT

This paper seeks to understand what are the public and private policies present in Taubaté Higher Education. Knowing that currently in Brazil there is a large percentage of individuals who do not enter the undergraduate course due to various personal and interpersonal factors. Given this fact, or development of data available on online education platforms that fosters an analysis. Data were collected to know what are the impacts of education on human life. Briefly addressing a timeline on educational policies. And changes Governmental aspects and their consequences. With the intention of contributing to those who have a chance to enter higher education and success fully complete.

Key words: Higher Education; Public policy; Education.

Sumário

INTRODUÇÃO	7
BREVES REFLEXÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	9
ACESSO E PERMANÊNCIA: UMA REFLEXÃO SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAIS	16
PROGRAMAS DE ACESSO NA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ ... Error! Bookmark not defined.	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

A Universidade de Taubaté no ano de 2017, em um de seus eventos, proporcionou aos seus alunos um congresso sobre diversos ramos da educação. Dentre eles, uma palestra que abordava temáticas da área de tecnologias educacionais, que estimulou a pesquisa sobre recursos financeiros para o ingresso na primeira graduação, haja visto que o país sofre com a carência na educação, em todas as esferas, uma empresa intitulada “Quero Educação” vem contribuindo para solucionar tal problemática. A empresa atua em São José dos Campos – SP, e oferece recursos e bolsas para alunos ingressarem na sua primeira graduação.

O contexto atual, marcado por rápidas mudanças na concepção de conhecimento e de produção, devido a aceleração do desenvolvimento tecnológico, vem transformando o mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e que exige qualificação mais aprofundada de seus funcionários e outros que possam vir a fazer parte. Em tempos de crises econômicas, possuir a graduação é sim um aspecto diferencial e muitas vezes decisivo para inserção em uma empresa . Diante dessa globalização, a Educação tem um de seus papéis fundamentais, o de contribuir para o desenvolvimento de uma Sociedade. Países como Japão e Coréia do Sul conseguiram mudar o patamar de qualidade de seus sistemas educativos. Eles não esperaram que a educação respondesse às demandas da economia, mas ao contrário, investiram massivamente na educação e a partir daí, conseguiram desenvolver uma economia da alta produtividade. (CASTRO, 2013.)

Neste sentido, trazemos para este Trabalho de Graduação uma reflexão sobre o Ensino Superior como meio de transformação dos meios de produção e também como forma de desenvolvimento social.

O Ensino Superior no Brasil aparece pela primeira vez na história, com os Jesuítas, em 1759, quando conseguem o reconhecimento do curso superior de mestres em arte. Entretanto com a sua expulsão do Brasil, ocorre o desmoronamento de sua obra educacional. Depois reaparece com a chegada da Corte Portuguesa. (Cavalcante, 2000)

Em 1891, a Constituição Federal passa a responsabilidade do Ensino Superior ao Congresso Nacional. Com as leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dos anos de 1961, 1968 e 1971, o Ensino Superior passa a ser de responsabilidade do Estado sendo consideradas atividades fins da Universidade o ensino, pesquisa e extensão. Já como princípios são abordados valores como: racionalização, integração e flexibilidade.

Atualmente, de acordo com o Título V – Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino, da Lei nº 9.394/96, o ensino superior se organiza da seguinte maneira: Educação Superior, ministradas em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização, aberta a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e sido aprovados em processo seletivo.

Pode-se verificar um aumento no número de instituições públicas e privadas de cerca de 50% do triênio 2000-2002 contra menos de um terço disso, 14,3% no quadriênio anterior. (Silva Júnior & Sguissardi, 2012). Esse processo de expansão das Universidades foi resultado de demandas sociais, para ser mais preciso, das necessidades políticas e econômicas da sociedade, em que se tem como ponto principal as limitações do Estado em prover e arcar com essa demanda. Contudo não somente para a formação acadêmica, pois há também uma necessidade de pertencimento social, que possa usufruir e contribuir para a mesma. Com base na população que não ingressa no ensino superior, devido aos diversos motivos que serão retratados, busca-se por meio deste trabalho, viabilizar alternativas para o ingresso e permanência na graduação. Compreende-se o ser humano de forma empática perante as suas dificuldades e que busca soluções para os conflitos. Contribuindo com levantamentos, reflexões que aponte caminhos governamentais e privados.

Por meio deste trabalho, o leitor irá encontrar soluções e meios, que facilitam o ingresso no ensino superior, e quais as oportunidades que são oferecidas na Universidade de Taubaté, e a empresa Querem Educação.

BREVES REFLEXÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O Ensino Superior no Brasil foi introduzido pelos Jesuítas em 1550, na Bahia com os cursos de Artes e Teologia. Ao longo do tempo integrou-se o curso de Filosofia e Ciências Naturais, incluindo o ensino de física, matemática, lógica, metafísica e ética. No ano de 1553, os jesuítas iniciaram o curso de Teologia, a duração era de quatro anos, com os objetivos de formar novos religiosos, já o curso de Filosofia e Ciências Naturais com a formação de professores e aberto os leigos.

Conforme aponta os estudos do mestre Sandro Gomes, todo jesuíta era educador, então os educandos cursavam primeiro teologia, e em seguida filosofia para se formar professores. Tais faculdades espalharam-se por todo o Brasil, incluindo: Rio de Janeiro, Pará, Maranhão, São Paulo e Pernambuco. Essa movimentação gerou crescimento socioeconômico para os Jesuítas, o que propagou certo incomodo à Coroa portuguesa que atribuía a eles uma ameaça ao seu poderio. Logo esse processo de expansão sofreu involução, quando Marques de Pombal, que era secretário de estado português, expulsou os jesuítas do país. Trazendo como consequência prejuízos para os aldeamentos indígenas, ensino na colônia e para a Educação.

Marques de Pombal, por intermédio do Alvará de 28 de junho de 1759, implantou medidas que foram: destruição da organização e metodologia da educação jesuítica, aulas de gramática, de grego e de retórica, aulas régias, aulas isoladas que substituíram o curso de humanidades e instituição de aulas de comércio. “As reformas pombalinas” pretendiam transformar Portugal, logo também o Brasil, numa metrópole capitalista. Como destaca Ribeiro, 1998: - Visavam, também, provocar algumas mudanças no Brasil, como o objetivo de adaptá-lo, enquanto colônia, á nova ordem pretendida em Portugal. (RIBEIRO, 1998, p. 15)

Analisa-se, uma sociedade voltada para os valores de produção pré-capitalista e a Educação caminhando rente a esse novo olhar. Além de reformar todos os métodos educacionais, o secretário, visava colocá-los a serviço do Estado. Com a falta de um sistema educacional efetivo, contribuiu na demora de instituir-se escola

com cursos graduados e sistematizados. A Educação sofreu decadência no período de 1759 até 1808, já que as reformas pombalinas não foram implementadas. Conforme cita Azevedo:

Nenhuma organização institucional veio, de fato, substituir a poderosa homogeneidade do sistema jesuítico, edificado em todo o litoral latifundiário, com ramificações pelas matas e pelo planalto, e cujos colégios e seminários forma, na Colônia, os grandes focos de irradiação da cultura. (AZEVEDO, 1976, p.61)

Os métodos reivindicados por Pombal foram considerados sem sucesso para a Educação brasileira e de Portugal. Destruindo um sistema educacional vigente como era a educação jesuítica, para decretar outro, sem consolidação. No ano de 1808 com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, o país daria início a um novo processo. A mesma contribuiu para o desenvolvimento comercial, econômico e educacional. Com o reflexo negativo do período colonial, era preciso tomar providências referentes ao rumo da Educação, um dos caminhos foi a criação de instituições de Ensino Superior, com a finalidade estritamente utilitária, de caráter profissional, visando formar os quadros exigidos por essa nova situação. (WEREBE, 1994.)

A partir desta data criou-se a Escola de Cirurgia e Anatomia em Salvador outra de Cirurgia e Anatomia no Rio Janeiro e a terceira Academia da Guarda Marinha, também no Rio. Após a inserção das instituições citadas, criaram-se os seguintes cursos: Academia Real da Marinha (1808), Academia Real Militar (1810), Agricultura (1814). Academia Médico-cirúrgica da Bahia (1808) e Academia Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro (1809).

Com a vitória das nações europeias, em 1815, sobre Napoleão, ficou determinado que os reais devessem voltar a ocupar seus tronos. D. João não aceitou o pedido, elevando o Brasil a Reino Unido de Portugal, deixando de ser Colônia. Após cinco anos, em 1820, ocorreu em Portugal a Revolução Liberal de Porto, iniciando a Monarquia Constitucional. Como consequência D. João passava de monarca e deveria seguir a Constituição do Reino. Dessa forma, a Assembleia Portuguesa exigia o retorno do monarca a Portugal.

Em sete de setembro de 1822, o Brasil coloca fim aos vínculos com Portugal, declarando então a Independência. Após o rompimento, o desenvolvimento do Ensino Superior foi ameno até o ano de 1889, ano em que aconteceu a Proclamação da República.

Agora vamos ver como a nação, já independente, reduz e imobiliza seu aparelhamento educacional, mantendo, assim, limitadas as oportunidades educativas e permitindo que a pequena elite, originária do Brasil, formada durante o período anterior à Colônia, assumisse tranquilamente a posição de estar apenas a substituir a antiga elite colonizadora portuguesa nos deveres de governo. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1989. p. 212).

A citação acima ressalta que naquela época, a formação tencionava propiciar aos formandos o diploma que garantiria o direito de ocupar posições superiores e avalizar a preponderância social. Nessa época, as tomadas de decisões eram realizadas pela elite e com objetivo de nivelar a Universidade de Coimbra.

No período de 1889 a 1892, o âmbito educacional sofreu instabilidade, pois estava sob administração do Estado. A partir desta data, a Educação obteve um pequeno avanço, expandiu-se na cidade de São Paulo e Rio de Janeiro com a criação de institutos como: Instituto Adolfo Lutz e Escola Politécnica, em 1893; Museu Paulista, Escola de Engenharia Mackenzie e Academia Brasileira de Letras, em 1895; Escola Militar do Rio de Janeiro, em 1897; Instituto Biológico Butantan, em 1899; Instituto Soroterápico Federal e Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, em 1901; e Escola de Comércio Álvares Penteado e Mackenzie College, em 1902. O teor de 1910 foram as iniciativas públicas que tiveram que se justificar segundo parâmetros dos avanços científicos da época, incluindo a Educação, que obteve propostas de reformas.

Na década de 1920, o Ensino Superior, que não era apenas questão do Estado, passou a ter como visão qual seria sua funcionalidade na vida da sociedade. As Universidades ausentavam-se da ideia de ser apenas Instituições e passam ser consideradas centro de saber. Os educadores Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Lourenço Filho e outros, reuniam-se nas Universidades e criavam cartas em prol da Educação. Neste ano a sociedade passou a ser crítica diante da realidade, lutando

pelas políticas educacionais por meio de movimento intelectual, o que antes era buscado somente pelo cunho político e econômico.

Em 1930 o Brasil passa por uma transformação econômica, de país em que trabalhava tão somente com a produção agrícola para a expansão de indústria, fábricas e habitantes. Nesse mesmo ano ocorre no Brasil o chamado Golpe Político, em que Getúlio Vargas assume o poder.

No ano de 1931 decreta-se o Estatuto da Universidade Brasileira, conforme postula Anísio Teixeira, tinha como função a inovação de permitir que uma escola de letras, ciências e educação pudesse substituir uma das três escolas tradicionais na constituição da universidade. (TEIXEIRA, Anísio, 1969, p. 106)

A partir do Estatuto decretado em 1931, são deliberadas as Universidades.

Em 1934 surge a Universidade de São Paulo congregando, além das escolas tradicionais, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o Instituto de Educação e, quase ao mesmo tempo, a Universidade do Distrito Federal, com as Escolas de Economia e Direito, de Ciências, de Letras, de Educação e o Instituto de Artes. Em 1937 reorganiza-se a Universidade do Rio de Janeiro, como Universidade do Brasil, com a Faculdade de Filosofia e depois a escola de economia e outras mais. (TEIXEIRA, Anísio, 1969, p. 106)

Ainda em 1931, foram fundados os Estatutos das Universidades Brasileiras, Universidade do Rio de Janeiro e o Conselho Nacional da Educação. Como consequência, surgiram as primeiras Universidades: Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935.

O Governo Federal resolveu integrar a USP e UDF à Universidade do Rio de Janeiro, já a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) foi criada em 1940. Durante essa fase, a sociedade passava por mudanças com a intenção de um modelo com base na Industrialização Sendo assim, a aborda-se a Educação sob outros objetivos: mão de obra para as necessidades do mercado de trabalho, conforme Pasinato, 1956:

No período do pós II-guerra, cristalizou-se a supremacia econômica dos Estados Unidos, cujos interesses imperialistas se chocavam com o modelo nacionalista brasileiro. Não tardou, porém, a invasão econômica e cultural norte-americana, já no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961)

quando as indústrias multinacionais começaram a entrar no Brasil. O crescimento da entrada do capital estrangeiro teve várias faces. Se por um lado ampliou e diversificou o parque industrial, por outro o imperialismo norte-americano atuou nos rumos econômicos e também políticos do país. (PASINATO, 2008, p. 2)

Durante o período de 1955 a 1964 há um aumento nas atividades que criaram novos empregos, exploração da mão-de-obra que era integrado ao desenvolvimento do país.

Os anos de 1956 a 1961, constituíram o período áureo do desenvolvimento econômico, aumentando as possibilidades de emprego, mas concentrando os lucros marcadamente em setores minoritários internos, e mais que tudo, externo. (RIBEIRO, apud, PASINATO, 1998, p. 154)

No período da ditadura militar, em 1968, houve a reforma universitária no comando do até então presidente Artur da Costa e Silva, em que Darcy Ribeiro apresentou propostas de ensino em que se abolisse o sistema de cátedra, implantasse o sistema de institutos básicos, estabelecesse a organização do currículo em duas etapas: o básico e o de formação profissionalizante e estabelecesse também o duplo sistema de organização: um, vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria; outro horizontal, com a criação de colegiados de curso, que deveriam reunir os docentes dos diferentes departamentos e unidades responsáveis por um currículo.

Na prática, em 1969 não ocorreu como proposto, pois as universidades viviam em um regime político extremamente autoritário, em que estavam sob intensa suspeita do governo e havia vigilância policial todo o tempo. Enfraquecendo os sistemas de mérito, que a estruturação da carreira deveria revigorar, destruía-se a autonomia e fortalecia os sistemas de cooptação e clientelismo.

Em 1970 houve a expansão do êxodo rural, e conseqüentemente aumentou a procura por empregos nas cidades, todavia, as melhores oportunidades empregatícias careciam de uma qualificação profissional, o ensino básico e médio apenas, não bastavam mais. Devido a essa grande migração, a procura nas universidades públicas e privadas triplicaram em relação aos anos 60. Contudo, nessa época ainda se permeava o regime militar, e quanto mais estudantes nas escolas profissionalizantes e faculdades, mais pessoas com pensamento crítico

passavam a questionar o sistema pelo qual o país era governado. Logo manifestações para a implementação do regime democrático começaram a surgir, dando fim ao período militar.

Por volta de 1976, entretanto, esgota-se a capacidade de o Estado brasileiro financiar seus próprios programas, comprometendo com isso muitas das políticas em andamento. O cenário que passa a prevalecer a partir de 1977 - quando se verificam cortes drásticos no orçamento da maioria das agências governamentais - é o de um Estado que se movimenta dentro de horizontes estreitos e que, por isso mesmo, se enfraquece em sua capacidade de formular políticas.

O início dos anos oitenta registrou uma tentativa do Ministério da Educação de voltar a formular uma política de ensino superior. O aprimoramento da capacidade de ensino nas universidades federais se fez por meio da incorporação da maioria do corpo docente das IFES em regime de tempo integral/dedicação exclusiva, paralelamente à manutenção de um programa de formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, baseado na concessão de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - para cursos de mestrado e doutorado no país e no exterior.

No início do século XXI, sob um outro prisma político e social, houve uma expansão nas áreas de conhecimento e formação, dispondo de docentes qualificados, gerando a ampliação e criação de novos cursos superiores presenciais e a distância. Essa expansão foi propiciada pela Constituição de 1988, que promoveu a abertura do ensino à Iniciativa Privada, cujas normas gerais foram definidas na Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional – LDB (Lei 9394 de 1996), mudando a concepção da educação no país e implantando a legislação de Avaliação, Regulação e Supervisão do Ensino que apareceram no século XXI.

De acordo com o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Reynaldo Fernandes, a educação a distância abrangeu outros públicos, pessoas mais velhas ou que ingressaram na segunda graduação. Outra

explicação é a de que as matrículas em educação a distância eram praticamente zero em 2002 e 2003.

Uma outra forma de agregar e democratizar ainda mais o acesso ao ensino superior, no dia 26 de abril de 2012 o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou constitucional a política de reservas de vagas para negros e índios para garantir o acesso destes nas universidades públicas. A "Lei das Cotas" regulamentou as cotas nas universidades federais em todo o país e reserva um percentual das vagas oferecidas em cada curso de graduação e turno para alunos que estudaram todo o ensino médio em escolas públicas.

Contudo, a partir de 2014 houve um corte de investimentos do governo no ensino superior, foi identificado que houve uma queda no valor gasto nos três níveis de ensino: básico, técnico e superior. O levantamento foi feito com base nos orçamentos efetivamente realizados entre 2014 e 2018 e corrigidos pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). A execução do orçamento nestes anos esteve a cargo dos presidentes Dilma Rousseff (PT), entre 2014 e 2016, e Michel Temer (MDB), entre 2016 e 2018. Entre 2014 a 2018 houve um percentual de queda de 15% de gastos governamentais no ensino superior.

ACESSO E PERMANÊNCIA: UMA REFLEXÃO SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Vive-se em uma sociedade onde todo ato é político, a partir do momento em que decisões são tomadas, já estão sendo praticadas. As políticas educacionais podem ser compostas em seus elementos: características implícitas e explícitas. Esta, engloba contextos do mais variáveis e em diferentes momentos históricos. Sua intencionalidade está articulada as esferas sociais, econômicas, culturais e inclusive do âmbito educacional. Segundo Martins, 1994:

Essa relação da política educacional com as demais esferas do mundo social ocorre justamente porque ela trata de algo básico para a existência de qualquer grupo humano: a educação. O verbo educar vem do latim *educare*, derivado de *educere*, que quer dizer educar, conduzir, revelar valores e capacitar o espírito humano a criá-los. (MARTINS, 1994, p. 8)

As políticas educacionais não podem receber uma delimitação, ou seja, sua definição é parte de uma constante reflexão. Um de seus objetivos é a formação de qualquer cidadão que se almeja formar, que corresponda às necessidades da sociedade em que se vive.

Sob esse viés, um dos deveres como cidadão é compreender os elementos que compõe lei. Entender quem são os criadores, fundamentos e para quem ela dirige-se. No entanto, partindo para área Educacional, deve-se considerar a lei magna, como afirma Diniz: [...] tudo começa com a Constituição Federal, lei fundamental que rege a organização político-jurídica de um país (DINIZ, 2010)

No Brasil estabeleceram-se oito Constituições datadas conforme segue: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988. Durante essas décadas a Educação teve conquistas tênues. A reforma da Educação começa pelo Ensino Superior e a lei 4.024/61 consegue flexibilizar a estrutura do ensino, possibilitando o acesso ao Ensino Superior. Em 1988, a Educação foi compreendida como direito de todos, universal, gratuita, democrática e comunitária. Uma conquista importante para a Sociedade, mas que vem acompanhada de reflexões. Com a mudança de Governo, cada implementação sofria suas consequências e pouca constância em busca da continuidade de serviços.

Do ano de 1968 a 1996 o Ensino Superior foi concedido com natureza privada e que contava com grupos de trabalho para incentivar reformas e acordos para a Educação. A LDB trata do Ensino superior em 15 artigos que relatam a função, suas características e elementos fundamentais. É de suma importância elencar o principal responsável pelo Ensino Superior:

No entanto, é necessário esclarecer que a responsabilidade inarredável do Poder Público com a educação superior tem o delineamento jurídico no conjunto de princípios e demarcações constitucionais aplicáveis à educação, cabendo centralidade no Art. 205. (CARNEIRO, Moaci, 2015, p. 58).

Conforme postula o Art.205:

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

A LDB contempla de maneira insuficiente os aspectos de bolsas e custos nas mensalidades. As leis articulam as administrações das instituições públicas ou privadas e os recursos que o Estado deve oferecer. Com objetivo de desenvolver cidadãos para o setor profissional, com espírito científico e aptos para contribuir na sociedade. Com elementos voltados para a organização interna, sendo a pública democrática com a sociedade. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Poder Público é citado novamente como agente no Art.55:” Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.”

Compreendendo que é dever do Estado assegurar o funcionamento do Ensino Superior, ele também tem papel fundamental a respeito de bolsas e financiamentos. É nesse instante que se apresentam as políticas públicas como esferas de oportunidades para o ingresso às Universidades. O INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, junto com o

Governo desenvolvem programas como: PROUNI, FIES, SISU e o Enem, que possibilitam o ingresso em universidades federais e privadas de todas regiões do Brasil. O aluno realiza a prova do Enem, que avalia o ensino médio e permite a possibilidade de participação em diversos programas governamentais, tais como: Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade Para Todos (ProUni) . Em sua maioria, o edital e normas possuem elementos similares entre si. Como a relevância de indivíduos que cursaram o Ensino Médio em escola pública e renda familiar bruta de até um salário mínimo, como disserta a lei:

Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012: Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.(BRASIL,2002)

A partir dos programas os alunos concorrem à vagas e possíveis bolsas de estudos, que variam na porcentagem do desconto. Para chegar ao ingresso em Universidades, os candidatos caminham por processos burocráticos, avaliações e notas de corte. Levando em consideração os meios que o Governo estabelece, seria simplório e ingênuo supor que a parte da sociedade tem êxito no Ensino Superior. O número de concluintes é inquietante em relação ao número de ingressantes, conforme aponta o Ministério da Educação:

Censo da Educação Superior 2018

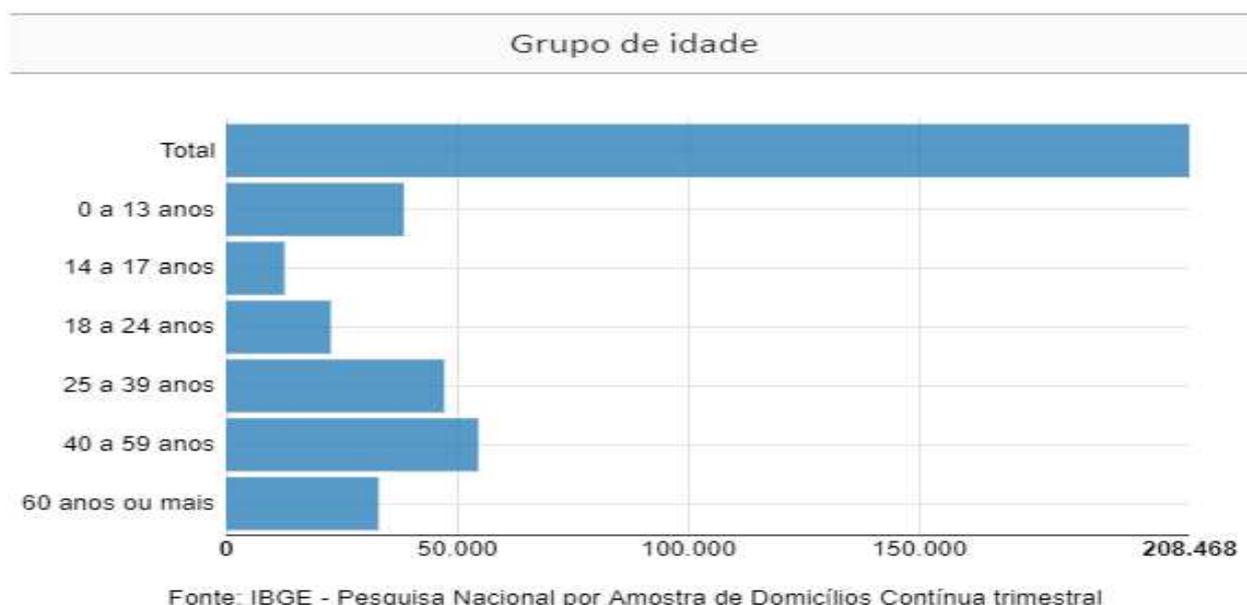
TABELA 1 Concluintes, Candidatos Ingressos em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância, por Organização Acadêmica e Grau Acadêmico (Bacharelado, Licenciatura, Tecnólogo e Não Aplicável), segundo a Categoria Administrativa das IES – 2018.

Cursos / Matrículas / Concluintes / Vagas / Inscritos /Ingressos / Categoria Administrativa	Total Geral				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Ingressos - Total	3.445.935	2.000.094	707.048	719.569	19.224
Pública	580.936	322.031	174.697	65.139	19.069
Federal	362.005	217.116	101.021	29.975	13.893
Estadual	194.081	85.794	69.028	34.083	5.176
Municipal	24.850	19.121	4.648	1.081	-
Privada	2.864.999	1.678.063	532.351	654.430	155
Matrículas- Total	8.450.755	5.689.335	1.628.676	1.098.066	34.678
Pública	2.077.481	1.261.979	612.427	168.526	34.549
Federal	1.324.984	866.021	355.794	77.308	25.861
Estadual	660.854	322.194	241.222	88.750	8.688
Municipal	91.643	73.764	15.411	2.468	-
Privada	6.373.274	4.427.356	1.016.249	929.540	129
Concluintes – Total	1.264.288	801.798	250.453	212.037	-
Pública	259.302	158.800	77.179	23.323	-
Federal	156.918	104.115	43.531	9.272	-
Estadual	85.886	42.291	30.133	13.462	-
Municipal	16.498	12.394	3.515	589	-
Privada	1.004.986	642.998	173.274	188.714	-

Fonte: MEC/INEP/DEED

Segundo os dados do MEC o número total de ingressos efetivos foi de 3445.935 pessoas e de concluintes 1.264.288 no ano de 2018. O que representa que apenas 36% aproximadamente dos ingressantes concluíram o Ensino Superior. Outro elemento que também precisa ser abordado:

FIGURA 1 - Total de habitantes no Brasil no ano de 2018



Até o ano de 2018 o número total de habitantes era de 208,468 milhões, sendo 157,394 milhões acima de 18 anos (BRASIL, 2018). Os dados relatam que menos de 1% confirmam das pessoas brasileiras ingressam e que 2% confirmam concluíram o Ensino Superior em 2018. O que leva a reflexão que mesmo com os múltiplos programas governamentais não há a garantia de uma Educação para todos e de qualidade. Sendo de suma importância considerar que, o acesso e permanência na educação superior devem ser entendidos como importantes instrumentos de construção e consolidação da cidadania moderna em uma sociedade democrática. (SEVERINO, 2009, p. 259)

Não basta garantir o acesso, é preciso gerenciar políticas para permanência e conclusão. Propondo investimento em todo processo educacional, partindo dos anos iniciais até o ensino médio, que serve como base para o Superior.

Segundo Corbucci

[...] a incapacidade do poder público federal de ampliar os gastos em educação, em grande medida devido ao processo de ajuste fiscal dos anos de 1990, fez com que não conseguisse atender plenamente à crescente demanda por educação superior. Esse processo de enfraquecimento do setor público federal foi um dos elementos centrais para a forte expansão na oferta de vagas e o aumento das matrículas no setor privado, favorecidos por certa desregulamentação do setor, no que se refere à flexibilização dos requisitos para a criação de cursos e instituições. (CORBUCCI, Paulo, 2007, p. 32)

O resultado do baixo investimento na Educação reflete nas instituições públicas, poucos conseguem concluir o Ensino Médio e outra pequena parte chega até o Ensino Superior. Se o recurso financeiro parece ausente, o fragmento que consegue ingressar na Universidade, enfrenta um novo desafio a permanência, a evasão, preconizado por Bonetti e Gisi:

A evasão também se faz sentir nas instituições públicas, o que pode estar associado, entre outros fatores, à necessidade que os alunos têm de trabalhar para se manter, uma vez que a expansão de vagas em cursos noturnos naquelas instituições ainda não é suficiente para a demanda existente (BONETTI, GISI, 2007, p. 75).

Essa necessidade do trabalho reflete também no âmbito na matrícula, como pode ser visto no dado do IBGE:

Censo da Educação Superior 2018

TABELA 2 - Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, por Faixa Etária, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2018

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Faixa Etária									
	Total	Menos de 18 Anos	18 Anos	19 Anos	20 Anos	21 Anos	22 Anos	23 Anos	24 Anos	De 25 a 29 Anos
Brasil	8.450.755	23.343	327.357	596.018	703.654	774.621	744.799	644.932	532.199	1.614.821
Pública	2.077.481	8.905	102.226	180.092	207.951	223.295	211.932	183.475	148.515	386.081
Federal	1.324.984	5.610	64.945	116.795	133.938	142.249	135.866	119.246	97.424	251.308
Estadual	660.854	2.990	32.358	54.431	63.340	69.160	65.086	55.885	44.898	119.972
Municipal	91.643	305	4.923	8.866	10.673	11.886	10.980	8.344	6.193	14.801
Privada	6.373.274	14.438	225.131	415.926	495.703	551.326	532.867	461.457	383.684	1.228.740

O número de matrículas de pessoas com 25 anos corresponde a 19% do valor total em contrapartida, com 18 anos é de 3% . É notável a diferença entre as idades, o jovem de 18 anos que consegue concluir o ensino médio, busca pelo seu espaço no mercado de trabalho. A matrícula e a evasão apontam a mesma problemática: a falta de recurso financeiro, como reporta a pesquisa realizada com alunos que evadiram de Estrada e Radaelli (2014):

[...] 65% por questão financeira [...], 10% em decorrência do tempo de conclusão do curso, 3% pelo período/turno do curso, 5% por não ser o curso que desejaria seguir carreira, 2% pela visibilidade econômica que o curso proporciona, 10% por não conseguir conciliar trabalho e estudo e 5% por não conseguir auxílio da assistência estudantil (ESTRADA; RADAELLI, 2014, p. 43-44).

Os motivos de evasão são inúmeros, variando de questões particulares, sociais e culturais. Uma conclusão de sucesso vem sucedida de investimentos na Educação básica, oportunidade do primeiro emprego ao jovem de 18 anos e políticas governamentais para garantir permanência do estudante na Instituição. Em busca de contribuir para a ampliação da parcela da sociedade no Ensino Superior, as Universidades e empresas privadas estão possibilitando políticas de acesso e permanência. Levando em consideração que favorece a uma pequena parcela da população e que não diminui a responsabilidade do Estado.

Dentre essas instituições podemos destacar a Universidade de Taubaté¹ que oferece aos seus alunos projetos, bolsas e outros recursos. A inauguração desta influenciou positivamente para cidade, segundo Passareli:

No ano de 1956, a cidade de Taubaté passou por grandes progressos. Instalaram-se as grandes montadoras (Volkswagen e Ford) e, no que se refere á educação, foi fundada a primeira faculdade de ensino superior (PASSARELI, 1965, p. 88)

¹ Dentre essas, a Universidade de Taubaté (UNITAU) localizada no interior de São Paulo, sendo o responsável por disseminar o Ensino Dr. José Alfredo Balbi. A cidade localizada entre Rio de Janeiro e São Paulo, buscava seu lugar em relação aos meios econômicos. Com o crescimento industrial em Taubaté, a Educação é vista de maneira paralela para contribuição no desenvolvimento da mesma.

Foram criados departamentos nas mais diferentes áreas e que conseqüentemente gerou um marco para cidade. A mesma sentiu as esferas da ditadura e a pressão sob a Educação. O crescimento da Universidade permitiu que os habitantes participassem ativamente na Educação:

Conclui-se que com a implantação dos cursos superiores na cidade de Taubaté e, posteriormente com a criação da Universidade de Taubaté, o número de pessoas que passaram a ter acesso à graduação aumentou sobremaneira, ocasionando a formação de muitos profissionais com poder aquisitivo superior ao da média da população. [...] até empresas multinacionais passaram a ver Taubaté como uma cidade onde pudessem investir. [...] (GODÓI, 2007, p. 14)

A universidade aborda projetos de extensão em diversos âmbitos dos cursos, que estimulam o amadurecimento profissional e cumprem com a LDB:

Art. 43. I – Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo e VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade. (BRASIL, 1996).

Os projetos de extensão permitem relações da teoria com a prática e possibilitam discussões sobre os trabalhos desenvolvidos. Colocam em prática o artigo 207 da Constituição Brasileira, conforme segue: as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. (BRASIL, 1988)

Sendo elemento importante na formação dos estudantes, favorece a interação universidade-sociedade. O participante do projeto de extensão contribui nos problemas da comunidade, aprende sobre ética profissional e faz uso da interdisciplinaridade pois, um grupo compõe estudante de diferentes áreas. Além de oferecer desconto na mensalidade, o que vem contribuindo na permanência dos alunos da Graduação, que como citado, é um desafio a ser enfrentado pelos novos acadêmicos. Segundo o Ministério da Educação (MEC) os números referentes a Universidade de Taubaté:

Censo da Educação Superior 2018

7.1 - Número de Concluintes, Número de Cursos e Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, segundo as Regiões Geográficas e as Instituições que oferecem cursos a distância - 2018

Instituições	Concluintes		Cursos		Matrículas	
	Graduação Presencial	Graduação a Distância	Graduação Presencial	Graduação a Distância	Graduação Presencial	Graduação a Distância
Universidade de Taubaté	1.729	168	43	28	9.428	1.500

Os dados supracitados apontam o número de concluintes inferior ao de matrículas, ou seja, pouco sucesso na conclusão dos discentes matriculados. Esse declínio propõe a seguinte reflexão, mesmo com os recursos disponíveis para permanência, existem estudantes evadidos. A permanência dos estudantes é uma política que precisa ser revisada pelos envolvidos.

A partir da contribuição do autor, fica evidente a necessidade da instituição frente a evasão dos alunos. Obtendo uma análise geral da situação acadêmica dos estudantes para propor novas políticas para permanência, de maneira que crie uma direção que indague as circunstâncias da evasão e preconize soluções que contribuam na qualidade do Ensino Superior. Como conclui Costa:

Desse modo, certamente será possível falar de democratização do ensino superior, não apenas do acesso, mas também da qualidade e da permanência. Todos ganharão: o aluno, o professor, a IES e, sobretudo, a sociedade brasileira. (COSTA, 2016, p. 202)

PROGRAMAS DE ACESSO NA UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Por muito tempo veio se permeando a cultura de que a aquisição do saber, ou seja, a formação no ensino superior, seria um bem privado exclusivo da classe dominante. De fato, sem a implementação de recursos que auxiliam o cidadão a ingressar e permanecer no ensino superior, isso seria real. Segundo Souza, ao citar Bourdieu, afirma:

O mesmo desvelou em sua época que um jovem da alta burguesia tinha oitenta vezes mais chances de entrar na universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de operário, e suas chances eram duas vezes maior que um jovem da classe média. (SOUZA, 2016, s/p)

Em meio aos cenários de responsáveis por garantir uma educação de qualidade e que seja comprometida com o sucesso do aluno independente de sua classe social, algumas empresas vêm contribuindo no ingresso e permanência de estudantes na primeira graduação.

A empresa Quero Educação, fundada em 2010 na cidade de São José dos Campos, interior de SP, leva como objetivo colaborar na escolha do curso da graduação e com oportunidades de mensalidades com os mais variados descontos. Essa administra o Quero Bolsa, uma plataforma que pesquisa Universidades com a localização mais próxima do estudante e oferece descontos que podem chegar até a 70%.

Frente ao pequeno número de políticas públicas do Ensino Superior, outros agentes estão contribuindo nessa área, como a “Quero Educação”, que vem oferecendo soluções inovadoras para o setor educacional, que por inúmeras vezes é oblivio. Essa em particular conta com gestores, que por sua vez já foram alunos universitários.

Em 2015 o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), do Governo Federal teve uma queda de contratos, o que alavancou a empresa Quero e conseqüentemente a oportunidade de ingresso aos estudantes. Segunda a Organização Global Endeavor:

O grande diferencial da Quero Educação é ser uma empresa de tecnologia que dá ao aluno um papel protagonista, valor que se reflete tanto no relacionamento quanto na usabilidade da plataforma. O aluno que entra no Quero Bolsa escolhe a universidade e o curso que deseja com a bolsa de estudos que cabe no seu bolso. (GRILLETTI, 2019, s/p)

O aluno se matricula com tal recurso, a primeira mensalidade vai para a Quero Bolsa, as seguintes parcelas vão direto para a Universidade. A Endeavor, 2019, aponta os resultados:

A ponte criada pela Quero já levou milhares de pessoas a acessarem o ensino superior. Já foram mais de 300 mil matriculados em mais de 1.100 instituições pelo país, atendidos por um time de mais de 300 pessoas que enxerga cada matrícula como uma nova oportunidade da educação transformar a jornada de alguém. (GRILLETTI, 2019, s/p)

Além dos recursos externos como a Quero Educação, a própria universidade pode e deve oferecer mecanismos em que os alunos terão descontos na mensalidade. A universidade, ao implantar políticas internas de bolsas de estudo, tais como apresentadas na tabela 4 , beneficiam economicamente o aluno, mas também beneficia a própria instituição por ampliar seus agentes educacionais que levam o nome da universidade.

Tabela 4: bolsas oferecidas na Universidade de Taubaté - UNITAU

Designação	Vinculação	Características	Porcentagem
ESCOLA DA FAMÍLIA	Parceria com o Governo do estado de SP	Os alunos cumprem jornadas aos finais de semana em escolas públicas.	100% de desconto na mensalidade.
FIES	Parceria com o Governo Federal	Financiar cursos de graduação e pós-graduação presenciais para alunos regularmente matriculados em Instituições de Ensino Superior com mensalidades pagas.	Não há desconto, pois é um financiamento estudantil.
SIMUBE	Parceria com a Prefeitura Municipal de Taubaté	Concede bolsas para alunos que residem em Taubaté por no mínimo 5 anos e são de baixa renda familiar.	Desconto varia de 100% até percentagens parciais.
PROGRAMA DE ADITAMENTO DE MENSALIDADE	Pró – reitoria da Universidade de Taubaté	Há um aditamento do valor da mensalidade que será pago ao final do curso, ou em caso de desistência.	Financia 25, 35 ou 50% do valor referente a mensalidade.
PONTUALIDADE	Pró – reitoria da Universidade de Taubaté	Desconto obtido por alunos que acertam o valor da mensalidade até o dia 10.	Desconto de 5% do valor da mensalidade.

APOIO ESTUDANTIL	Pró – reitoria da Universidade de Taubaté	Ser selecionado para o desenvolvimento de atividades de apoio nos setores da Universidade. Bolsa de até 9 meses.	Desconto de até 50% no valor da mensalidade (valor máximo do desconto: R\$450,00)
2ª graduação	Pró – reitoria da Universidade de Taubaté	Ser portador de diploma de curso superior emitido pela UNITAU ou por outras Instituições de Ensino autorizada pelo MEC. Válido para o 1º e 2º período.	20% de desconto.
LIDERANÇA ESTUDANTIL	Pró – reitoria da Universidade de Taubaté	Ocupar o cargo de Presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), dos Diretórios Acadêmicos (DAs) e dos Centros Acadêmicos (CAs).	50% de desconto na mensalidade, no limite de R\$ 400,00.
CONVÊNIOS	Pró – reitoria da Universidade de Taubaté	Ser funcionário ou sócio de empresas ou instituições conveniadas (não é válido para medicina e odontologia).	Até 25% de desconto na mensalidade.
ATLETA	Pró – reitoria da Universidade de Taubaté	Alunos atletas, confederados e que competem profissionalmente, desde que apresentem resultados significativos e tenham competência técnica de interesse da Instituição.	Até 100% de desconto por até 11 meses.

FAMILIAR	Pró – reitoria da Universidade de Taubaté	Possuir um ou mais membros de seu Grupo Familiar também matriculados na Instituição.	10% de desconto.
FIDELIDADE	Pró – reitoria da Universidade de Taubaté	Diplomado na Escola de Aplicação Dr. Alfredo José Balbi ou ter cursado, no mínimo, um ano e se transferido para uma Instituição de Ensino Pública.	15% de desconto.
MÉRITO	Pró – reitoria da Universidade de Taubaté	Ser aprovado com a maior nota em um dos cursos ofertados e acertar no mínimo 75% da prova, ou se já cursa, ter notas acima de 9,0.	30% de desconto.
PIBID	Programa de cursos de licenciatura	Para alunos que exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de ensino básico.	
PIBEX	Projeto de extensão	Há um processo seletivo, e o aluno terá uma carga horária de 20 horas semanais.	Reembolso de R\$400,00 (quatrocentos reais) reais na mensalidade do mês seguinte
PIBIC	Programa de Iniciação Científica	Preparação dos alunos para o mestrado e doutorado através da ciência da pesquisa.	

ATIVIDADE MONITORIA	Processo seletivo	O estudante deverá ter sido aprovado na disciplina objeto da monitoria.	Até 50% de desconto na semestralidade por até 10 meses.
PID	Programa de Incentivo à Docência	Os alunos vivenciam atividades de magistério na educação básica ou superior.	Até 50% de desconto na semestralidade por até 10 meses.

Essa produção gera uma reflexão em torno do objetivo: obter fins lucrativos ou de fato participar da Educação. Uma vez que:

O poder público brasileiro, desde meados dos anos de 1990, busca implementar, com base na legislação e em seus programas, uma política de diversificação e diferenciação, com vistas a reconfigurar o sistema de educação superior, associando os princípios de flexibilidade, competitividade e avaliação. (OLIVEIRA, 2007, p. 11)

Na contemporaneidade, para ser inserido com sucesso no mercado de trabalho, a formação no ensino médio é vista apenas como passos iniciais, porém isso não basta. A exigência do mercado de trabalho está crescendo continuamente, o que pode ser explicado dentre outros fatores, pela inserção de novas tecnologias que exigem do profissional conhecimento sólido. O futuro profissional deve apresentar suas competências e habilidades na área escolhida, com isso, é possível induzir que há uma relação direta entre mercado de trabalho e aprimoramento acadêmico. Seguindo essa relação, o autor Favero cita Severino:

Esse processo vai ao encontro à forte tendência de mercantilização dos serviços educacionais e à consequente privatização do ensino superior, sempre com a alegação da necessidade de atender melhor às demandas sociais, bem como aquelas do mercado de trabalho. Mas, na verdade, o que se tem em vista é atender mesmo ao mercado de trabalho, bem na linha do que estipula a teoria do capital humano. (FAVERO, 2017, s/p)

De fato, a bolsa no ensino superior, tem como um de seus principais requisitos a democratização do ensino, e apresenta consigo diversos benefícios. Dentre eles, pode-se citar a garantia de acesso à educação de todos de modo que os sujeitos não abandonem a graduação para trabalhar, por exemplo; diminuição de alunos excludentes, que num futuro se tornem capacitados profissionalmente; diminuição da inadimplência, ou seja, o valor da mensalidade ficará mais acessível a todos, de modo que não criem dívidas com a universidade.

Na formação do ensino superior, segundo Goergen, há um valor econômico do conhecimento adquirido, no qual frequentemente é visto como algo exclusivo de uma dimensão utilitária e instrumental, ou seja, o que importa é o aspecto lucrativo e rentável que esse diploma poderá oferecer, porém a busca pela satisfação pessoal e social são fatores que devem ser considerados. Conforme Goergen:

Como produtora de conhecimento, hoje matéria-prima dos processos produtivos, a universidade, envolvida pelos tentáculos da economia, tende, no limite, a transformar-se em prestadora de serviços, sujeita às regras do mercado, comandado pelas corporações transnacionais (GOERGEN, 2010, p. 900).

Os mesmos podem ser explicados no momento em que um sujeito se forma na universidade, com a intenção de contribuir para a sociedade por meio de seu conhecimento adquirido e conseqüentemente há uma satisfação pessoal em estar fazendo aquilo que se aprecia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados divulgados pelo INEP, é nítido o confronto entre matrículas, ingresso e conclusão. O número de matrículas sendo propagandeado como uma educação “disponível”, ou seja, grande parte da população está ingressando no ensino, o Governo anuncia políticas de acesso ao Ensino Superior e dissemina como se fosse uma política que atingisse a todos.

O resultado dessa interpretação equivocada é apresentado nos dados, já que somente 1% da população brasileira conclui o Ensino Superior. As instituições que oferecem cursos de graduação com seus inúmeros programas de bolsas e financiamento brilham os olhos dos ingressantes, porém, poucos discutem sobre a permanência dos mesmos e não costumam abordar as circunstâncias que levam os alunos evadirem.

O presente trabalho traz a reflexão sobre a grande parcela populacional que não conclui o ensino superior ou até mesmo nem ingressa no mesmo. De fato há diversos motivos para isso ocorrer, mas deveria ser obrigação do Governo assegurar e divulgar possibilidades para que todos os sujeitos sejam capazes de cursar a faculdade almejada.

Falta política de gestão e/ou pedagógica para acompanhar os universitários durante sua jornada, cerceando também seus conflitos financeiros e até mesmo pessoais. Cabe ao Governo a responsabilidade de garantir Educação de qualidade que venha desde a Educação Básica até o Ensino Superior garantindo bolsas e programas de permanência, não somente de ingresso. Compete às instituições de Ensino Superior garantir assistência acadêmica, acompanhando minuciosamente as dificuldades dos alunos, procurando e propondo recursos que amparem o percurso a ser trilhado.

O governo atual deveria investir nas políticas de permanência, assim, como as Instituições invistam nas supervisões dos alunos que evadem e seus motivos particulares.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura: parte 3**. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976. (5.ed da obra “A cultura Brasileira”.

BONETI, Lindomar Wessler; GISI, Maria Lourdes; FILIPAK, Sirley Terezinha. **Do Direito à Educação Superior ao Desafio do Acesso para todos**. Revista Diálogo Educacional (PUCPR. Impresso), v. 13, p. 517-536, 2013.

BRASIL, **DECRETO Nº 7.824, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012. Artigo 1**. Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm. Acesso em: 10.jun.2019

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: Artigo 205. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/CON1988.asp. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: Artigo 55. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/CON1988.asp. Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. **Censo da Educação do ensino superior 2017**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 11.jun.2019

BRASIL. **Evolução do Ensino Superior – Graduação 1980-1998**. INEP, Brasília, 2000. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf
Acesso em: 09.ago.2019.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo**. 23. Ed.revista e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes,2015.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Dimensões estratégicas e limites do papel da educação para o desenvolvimento brasileiro**. IPEA, Brasília, julho de 2007. p. 7-32.

COSTA, Silvio da. **A luta pelo ensino superior: com a voz, os evadidos**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CUNHA, Luis Antônio. **A universidade reformada – O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. São Paulo: Unesp, 2007.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico Universitário**. São Paulo. Saraiva, 2010.

ESTRADA, Adrian Alvarez; RADAELLI, Andressa. **A política de assistência estudantil em uma universidade pública: a perspectiva estudantil**. Revista Eletrônica de Política e Gestão Educacional. UNESP, n. 16, 1º semestre de 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/> Acesso em: 08.jul.2019

FAVERO, Altair. **O financiamento da educação superior no limiar do século XXI, 2017**. Disponível em: <https://medium.com/gepes-upf/o-financiamento-da-educa%C3%A7%C3%A3o-superior-no-limiar-do-s%C3%A9culo-xxi-bdcd9d3a3527>. Acesso em: 08.set.2019

FILHO, Luciano Mendes de Faria. **Do espaço da fazenda ao grupo escolar**. In: FILHO, Luciano Mendes de Faria. **Instrução Elementar no século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GODÓI, Vania Pereira. **A formação de uma autarquia municipal de ensino superior**. 2007. Trabalho de Conclusão de curso (Graduada em Serviço Social) - Universidade de Taubaté, 2007.

GRILLETI, Laís. **O Booking.com da educação no Brasil: conheça a Quero Educação**. Disponível em: <https://endeavor.org.br/historia-de-empresendedores/o-booking-com-da-educacao-conheca-o-marketplace-que-ja-conectou-mais-de-300-mil-alunos-ao-ensino-superior/> Acesso em 26.out.2019

JANKEVICIUS, José Vitor. **Evolução Histórica do Ensino Superior no Brasil**. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/enfermagem-e-formacao-artigos-cientificos_31492.html. Acesso em: 26.jul.2019

MARQUES, Eugênia. **Reforma universitária e inclusão social: uma análise do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e a inserção dos negros na Universidade**. In: PEREIRA, Filomena M. de A.; MULLER, M. Lúcia R. Educação na interface relação estado/sociedade. Cuiabá: EDUFMT/Capes, 2006. v. 1.

MARTINS, Antônio Carlos. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. São Paulo, USP, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000900001. Acesso em: 06.ago.2019.

NETO, Alexandre Shigunov. **A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28020>. Acesso em: 09.jun.2019.

OLIVEIRA, João. **Reforma da educação superior: mudanças na gestão e metamorfose das universidades públicas**. In: PEREIRA, Filomena M. de A.; MULLER, M. Lúcia R. Educação na interface relação estado/sociedade. Cuiabá: EDUFMT/ Capes, 2006. v. 1, p. 11-21.

PASINATO, Darciel. **Educação no período populista brasileiro**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/3647>. Acesso em: 02 out.2019.

PASSARELLI, Umberto. **Manual do Munícipe**. Jornal o Taubateano, Taubaté,1965.

RIBEIRO, M.L.S. **História da Educação brasileira: a organização escolar**. 15.ed. Campinas: Autores Associados, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v19n1/v19n1a09.pdf>. Acesso em: 02.set.2019.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior – USP. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf> Acesso em: 15.jul.2019

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades**. In: Revista Avaliação, v. 14, n. 2. Campinas, 2009, p. 253-266, jul. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n2/a02v14n2.pdf>>. Acesso em: 07.out. 2019.

SILVA JR., J. dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **As novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção**. São Paulo: Editora Cortez/CDAPHIFAN, 2001.

SOUZA, Michel Aires de. **Pierre Bourdieu: educação, trabalho e a manutenção da ordem social**. Disponível em: <https://filosofonet.wordpress.com/2016/01/02/pierre-bourdieu-educacao-trabalho-e-a-manutencao-da-ordem-social/>. Acesso em: 16.jul.2019

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/>. Acesso em: 02.Jul.2019.

WEREBE, Maria José Garcia. **30 Anos Depois - Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil**. São Paulo, Ática, 1994. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/895/900>. Acesso em: 16.out.2019